

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES



CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO EFETIVO DE CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES/MT

EDITAL Nº. 02/2024 - PMC

NÍVEL DE ESCOLARIDADE: SUPERIOR

CARGO: AUDITOR DE TRIBUTOS

Caderno de Prova

Nome do Candidato

INSTRUÇÕES

LEIA COM ATENÇÃO

1. Este Caderno de Prova, com páginas numeradas de **1 a 15**, é constituído de **40 (quarenta)** questões objetivas, cada uma com **4 (quatro)** alternativas, assim distribuídas:

01 a 10 – Língua Portuguesa

11 a 20 – Legislação Básica

21 a 40 – Conhecimentos Específicos

2. Caso o Caderno de Prova esteja incompleto ou tenha qualquer defeito de impressão, solicite ao fiscal que o substitua.
3. **Sobre a Marcação do Cartão de Respostas**

As respostas deverão ser, obrigatoriamente, transcritas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta não porosa, fabricada em material transparente, para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para correção. Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

- 3.1. Para cada questão existe apenas uma alternativa que a responde acertadamente. Para a marcação da alternativa escolhida no **CARTÃO DE RESPOSTAS**, pinte completamente o círculo correspondente.

Exemplo: Suponha que para determinada questão a alternativa C seja a escolhida.

<i>Nº da Questão</i>
<input type="radio"/> A
<input type="radio"/> B
<input checked="" type="radio"/>
<input type="radio"/> D

- 3.2. Marque apenas uma alternativa para cada questão.
 - 3.3. Será invalidada a questão em que houver mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada, ou não houver marcação.
 - 3.4. Não rasure nem amasse o **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
4. Todos os espaços em branco, neste caderno, podem ser utilizados para rascunho.
5. A duração da prova é **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
6. Somente após decorridas **2 horas e 30 minutos** do início da prova, o candidato, depois de entregar seu Caderno de Prova e seu Cartão de Respostas, poderá retirar-se da sala de prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova antes desse tempo deverá assinar **Termo de Ocorrência** declarando sua desistência do concurso.
7. Na página **15** deste Caderno de Prova, encontra-se a **Folha de Anotação do Candidato**, a qual poderá ser utilizada para a transcrição das respostas das questões objetivas. Essa folha poderá ser levada pelo candidato para posterior conferência com o gabarito somente após decorridas **2 horas e 30 minutos** do início da prova.
8. Será permitida a saída de candidatos levando o Caderno de Prova somente **na última meia hora** de prova.
9. Após o término da prova, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal o **CARTÃO DE RESPOSTAS** devidamente assinado (no espaço próprio) e preenchido.

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: Leia o texto e responda às questões de 01 a 10.

Insônia infeliz e feliz

De repente os olhos bem abertos. E a escuridão toda escura. Deve ser noite alta. Acendo a luz da cabeceira e para o meu desespero são duas horas da noite. E a cabeça clara e lúcida. Ainda arranjarei alguém igual a quem eu possa telefonar às duas da noite e que não me maldiga. Quem? Quem sofre de insônia? E as horas não passam. Saio da cama, tomo café. E ainda por cima com um desses horríveis substitutos do açúcar porque Dr. José Carlos Cabral de Almeida, dietista, acha que preciso perder os quatro quilos que aumentei com a superalimentação depois do incêndio. E o que se passa na luz acesa da sala? Pensa-se numa escuridão clara. Não, não se pensa. Sente-se. Sente-se uma coisa que só tem um nome: solidão. Ler? Jamais. Escrever? Jamais. Passa-se um tempo, olha-se o relógio, quem sabe são cinco horas. Nem quatro chegaram. Quem estará acordado agora? E nem posso pedir que me telefonem no meio da noite, pois posso estar dormindo e não perdoar. Tomar uma pílula para dormir? Mas e o vício que nos espreita? Ninguém me perdoaria o vício. Então fico sentada na sala, sentindo. Sentindo o quê? O nada. E o telefone à mão.

Mas quantas vezes a insônia é um dom. De repente acordar no meio da noite e ter essa coisa rara: solidão. Quase nenhum ruído. Só o das ondas do mar batendo na praia. E tomo café com gosto, toda sozinha no mundo. Ninguém me interrompe o nada. É um nada a um tempo vazio e rico. E o telefone mudo, sem aquele toque súbito que sobressalta. Depois vai amanhecendo. As nuvens se clareando sob um sol às vezes de fogo puro. Vou ao terraço e sou talvez a primeira do dia a ver a espuma branca do mar. O mar é meu, o sol é meu, a terra é minha. E sinto-me feliz por nada, por tudo. Até que, com o sol subindo, a casa vai acordando e há o reencontro com meus filhos sonolentos.

(LISPECTOR, Clarice. Disponível em: //www.culturagenial.com/cronicas-famosas. Acesso em: 03/01/2024.)

QUESTÃO 01

Qual a temática sobre a qual a crônica versa?

- [A] Quietude
- [B] Tranquilidade
- [C] Insônia
- [D] Desamparo

QUESTÃO 02

A leitura atenta do texto autoriza a afirmar que a personagem do texto é uma mulher

- [A] que, na mesma situação, sente-se ora angustiada ora em paz.
- [B] que gosta da solidão, de ficar sozinha em sua casa à beira do mar.
- [C] que passa todas as noites a tomar café e esperar que algum amigo lhe telefone.
- [D] que, na solidão, sente-se livre, mas não se entrega ao sono para não perder o amanhecer.

QUESTÃO 03

No primeiro parágrafo, a narrativa oscila entre a primeira pessoa (*acendo a luz*) e a terceira (*pensa-se*). Esse fato linguístico sugere

- [A] inconstância da narrativa.
- [B] espontaneidade na narrativa.
- [C] indefinição da personagem.
- [D] desarticulação da personagem.

QUESTÃO 04

A linguagem do texto é marcada predominantemente

- [A] pela complexidade sintática.
- [B] por frases curtas e incisivas.
- [C] por uso de metáfora a cada linha.
- [D] pelo uso de frases incompletas.

QUESTÃO 05

Em Acendo a luz da cabeceira, há presença de palavra homófona. Em qual alternativa há outro caso de homofonia?

- [A] Os técnicos administrativos fizeram grande festança de Natal na sede do sindicato.
- [B] O acerto feito com os funcionários mal durou uma temporada de trabalho.
- [C] Sabe o que muito faltou na festa? Gelo, minha filha!
- [D] Sem dúvida, foi muito apropriado pensar em cassar o mandato daquele político.

QUESTÃO 06

Tome o trecho: Acendo a luz da cabeceira e para o meu desespero são duas horas da noite. Assinale a alternativa que apresenta a regra da norma culta que justifica a concordância do verbo ser.

- [A] Quando o verbo ser se apresenta como verbo impessoal, ou seja, sem sujeito, na indicação de noções temporais e distâncias, a concordância verbal é feita com o numeral.
- [B] Havendo um sujeito singular que se refira a coisas e um predicativo do sujeito no plural, o verbo deverá ser escrito também no plural.
- [C] A concordância é feita com o sujeito gramatical, ou seja, o verbo ser concorda em número (singular ou plural) e pessoa (1.^a, 2.^a ou 3.^a) com o sujeito da oração.
- [D] Quando o sujeito e o predicativo apresentarem flexões diferentes, o verbo ser concorda com o elemento que estiver no plural.

QUESTÃO 07

A respeito de recursos linguísticos, assinale a afirmativa correta.

- [A] Em Mas quantas vezes a insônia é um dom., a conjunção, apesar de ser classificada como adversativa, tem função aditiva, acrescenta uma informação às ideias anteriores.
- [B] No trecho É um nada a um tempo vazio e rico., a palavra a está incorretamente grafada, pois o verbo haver exige grafia com h.
- [C] Em E sinto-me feliz por nada, por tudo., o uso de metáfora serve para aprofundar o estado psíquico da personagem.
- [D] No trecho ainda arranjarei alguém igual a quem eu possa telefonar às duas da noite, o pronome relativo está preposicionado em função da regência do verbo telefonar.

QUESTÃO 08

O papel da vírgula em um texto, além de indicar certa pausa na pronúncia, é organizar os sentidos de um texto. Analise o uso da vírgula nos trechos a seguir.

- I. *E nem posso pedir que me telefonem no meio da noite, pois posso estar dormindo e não perdoar.*
- II. *Passa-se um tempo, olha-se o relógio, quem sabe são cinco horas.*
- III. *O mar é meu, o sol é meu, a terra é minha.*
- IV. *Até que, com o sol subindo, a casa vai acordando e há o reencontro com meus filhos sonolentos.*

Assinale a alternativa que apresenta correta justificativa para o emprego de vírgula nos trechos constantes das afirmativas I, II, III e IV.

- [A] Na afirmativa I, a vírgula isola expressão intercalada na oração, como *pois*, usada para expressar conclusão.
- [B] Nas afirmativas II e III, as vírgulas isolam um elemento pleonástico que vem antes do verbo, ou seja, um termo que se repete na frase para ter mais ênfase.
- [C] Isolar expressão que indica circunstâncias variadas, como tempo, lugar, modo, companhia, entre outras (adjuntos adverbiais invertidos ou intercalados na oração), é a função da vírgula na afirmativa IV.
- [D] A vírgula indica a supressão de uma palavra, sendo usada em vez da palavra que foi omitida, nas afirmativas I e IV.

QUESTÃO 09

A derivação é um dos processos profícuos de formação de palavras na língua portuguesa, a exemplo das palavras *cabeceira* e *escuridão*, formadas pelo processo de derivação com a junção de sufixo. Há vários outros tipos de derivação, como a imprópria e a regressiva. Assinale I para as afirmativas que apresentam exemplo de derivação imprópria e R para as que apresentam exemplo de derivação regressiva.

- () Os bons herdarão o reino dos céus!
- () Minha ajuda naquele processo foi rejeitada pelos membros da assembleia.
- () Todos sabiam da existência de funcionários fantasmas na secretaria de estado.
- () Estranhamos o badalar dos sinos da matriz em hora tão inapropriada.
- () Mediante o resultado do concurso, a candidata não resistiu e caiu no choro.

Marque a sequência correta.

- [A] I, I, R, I, R
- [B] I, R, I, I, R
- [C] R, R, I, R, I
- [D] R, I, R, R, I

QUESTÃO 10

Tempo verbal usado para transmitir uma ação possível, mas incerta. Expressa um acontecimento hipotético, que ainda não se realizou por estar dependente de outro acontecimento. Assinale a alternativa em que as formas verbais dadas, constantes do primeiro parágrafo, estão nesse tempo verbal.

- [A] *maldiga - telefonem*
- [B] *passam – chegaram*
- [C] *fico - sofre*
- [D] *pensa – saio*

LEGISLAÇÃO BÁSICA

QUESTÃO 11

Em consonância com as normas da Lei Orgânica Municipal de Cáceres/MT acerca da vinculação constitucional de recursos orçamentários para a manutenção e desenvolvimento do ensino, é correto afirmar:

- [A] O município aplicará anualmente nunca menos de trinta e cinco por cento da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- [B] Os recursos orçamentários destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino serão dirigidos aos sistemas de ensino municipal e às escolas comunitárias com ou sem finalidade lucrativa.
- [C] É vedada a utilização dos recursos destinados à educação para financiar bolsas de estudos para o ensino fundamental, ficando o poder público obrigado a expandir a sua rede na localidade onde houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública.
- [D] Os recursos públicos vinculados à educação deverão assegurar o atendimento das necessidades do ensino fundamental e não se destinam a financiar atividades culturais ou esportivas apoiadas pelo Município.

QUESTÃO 12

Em vista do disposto na Lei Complementar Municipal nº 25/1997 acerca das normas aplicáveis à acumulação de cargos públicos, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] Não se compreende na proibição de acumular a percepção conjunta de proventos de aposentadoria resultante de cargos legalmente acumuláveis.
- [B] A acumulação lícita nos casos ressalvados na Constituição Federal fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários, entendida como a probabilidade de cumprimento integral da jornada ou do regime de trabalho, ao qual o servidor estiver submetido.
- [C] O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão ou função de confiança nem participar, com remuneração, de mais de um órgão de deliberação coletiva.
- [D] A proibição de acumular proventos se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou contrato para prestação de serviços técnicos especializados, de caráter temporário.

QUESTÃO 13

Tendo em vista as disposições da Lei Orgânica do Município de Cáceres/MT, em sua redação reformada, acerca da concessão de benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais amparados pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e seus dependentes, analise as afirmativas.

- I. O rol de benefícios do regime próprio de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.
- II. Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social.
- III. Os proventos de aposentadoria serão calculados e reajustados de acordo com a legislação em vigor na data do requerimento do benefício.
- IV. A pensão por morte em favor dos dependentes do servidor municipal será calculada com base na aposentadoria voluntária que seria devida se estivesse aposentado à data do óbito.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, II e IV, apenas.
- [B] II, III e IV, apenas.
- [C] I e III, apenas.
- [D] II e IV, apenas.

QUESTÃO 14

De acordo com as disposições da Lei Orgânica do Município de Cáceres/MT aplicáveis ao servidor público municipal em exercício de mandato eletivo, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, investido no mandato de Prefeito Municipal, será obrigatoriamente afastado do seu cargo sem direito à remuneração e passará a perceber o subsídio do cargo eletivo.
- () O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo do subsídio do cargo eletivo.
- () Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- () Para efeito de concessão de benefício previdenciário no caso de afastamento, os valores serão determinados como se o servidor no exercício estivesse.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, F, V, V
- [B] F, V, F, F
- [C] F, V, F, V
- [D] V, F, V, F

QUESTÃO 15

O parágrafo 1º do artigo 32 da Lei Complementar Municipal nº 25/1997, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres/MT, ao dispor sobre a invalidação da causa da perda do cargo de servidor público estável, prescreve:

“Invalidada por sentença judicial a _____ do servidor estável, será ele _____, e o eventual ocupante da vaga, se estável, _____ ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em _____ com remuneração proporcional ao tempo de serviço”.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

- [A] exoneração; revertido; reintegrado; atividade.
- [B] demissão; reconduzido; revertido; disponibilidade.
- [C] demissão; reintegrado; reconduzido; disponibilidade.
- [D] exoneração; reintegrado; reconduzido; atividade.

QUESTÃO 16

Leia o seguinte texto:

A Emenda Constitucional nº 19, promulgada em 4 de junho de 1998, também conhecida como “Reforma Administrativa”, promoveu intensa mudança no Título III (Da Organização do Estado), sobretudo, em seu capítulo VII (Da Administração Pública) (...).

Sua apresentação diz o seguinte: “modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências” (BRASIL, 1998).

Desta ampla reforma administrativa e seguindo o escopo do corte de despesas, resultou, entre outras coisas, a instituição do sistema remuneratório de subsídio, o qual não era previsto para nenhuma categoria de agente público, na redação original da Constituição de 1988.

A partir da mencionada emenda, passaram a coexistir dois sistemas remuneratórios: o tradicional, em que a remuneração compreende uma parte fixa e outra variável, constituída por vantagens de natureza diversa, e o novo, no qual a contraprestação corresponde ao subsídio, que deverá ser constituído por parcela única, excluindo a possibilidade de percepção de vantagens pecuniárias variáveis. O primeiro sistema é chamado de remuneração ou vencimento e, o segundo, de subsídio (DI PIETRO, 2006, p. 515).

Dentro do sistema remuneratório de subsídio há, ainda, a diferenciação entre o obrigatório e o facultativo. De forma que o § 4º, do art. 39, submete obrigatoriamente ao regime de subsídio, os membros de quaisquer dos poderes, os detentores de mandato eletivo, os ministros de estado, os secretários estaduais e municipais, bem como os membros do Ministério Público, os integrantes da Advocacia Geral da União, os procuradores dos Estados e do Distrito Federal, os defensores públicos, os Ministros do Tribunal de Contas da União e os servidores públicos policiais.

Enquanto o § 8º do mesmo artigo dispõe sobre o sistema remuneratório de subsídio facultativo, nestes termos: “a remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º”.

(SILVA, Rute Mikaele Pacheco da. Os direitos sociais do servidor público em face do sistema remuneratório de subsídios.

Disponível em: *Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*. Curitiba, 2013, vol. 5, n. 9, jul.-dez. On-line. Acesso em: 15/01/2024.)

Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município de Cáceres/MT sobre o assunto tratado no texto, é correto afirmar:

- [A] A remuneração dos ocupantes de cargos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes do município, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos, percebida cumulativamente ou não, não poderá exceder o dobro do subsídio mensal, em espécie, do Prefeito Municipal.
- [B] Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, desde que observado o valor máximo de subsídio fixado na legislação municipal.
- [C] É permitida a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, com o fim de assegurar a paridade do valor do subsídio previsto para os cargos do Poder Legislativo e para os cargos do Poder Executivo municipal.
- [D] A remuneração dos servidores públicos municipais e os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários Municipais somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

QUESTÃO 17

Conforme prescreve a Lei Complementar Municipal nº 25/1997, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres/MT, a promoção funcional do servidor é a passagem de uma classe para outra imediatamente posterior da categoria funcional em que se encontra, e se dará automaticamente a cada

- [A] 02 (dois) anos.
- [B] 03 (três) anos.
- [C] 01 (um) ano.
- [D] 05 (cinco) anos.

QUESTÃO 18

Analise a seguinte situação hipotética:

Justino é servidor ocupante de cargo efetivo no Município de Cáceres/MT e foi convidado para assumir um cargo de confiança como gestor financeiro de uma Secretaria Municipal. Antes da nomeação para o cargo, o servidor foi instado a apresentar alguns documentos, inclusive declarar a existência de eventual contrato firmado com o poder público municipal por pessoa de sua família. Nesta declaração, afirmou que seus pais são proprietários de um bem imóvel urbano, que foi locado para o Município.

De acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município de Cáceres/MT acerca das normas aplicáveis aos servidores públicos e aos contratos firmados pela Administração Pública municipal, assinale a afirmativa correta a respeito da situação relatada.

- [A] O servidor municipal em cargo de confiança, bem como pessoas ligadas a ele por vínculo de parentesco, em nenhuma hipótese, poderão manter contrato com os órgãos e as entidades integrantes da Administração Pública municipal.
- [B] O servidor municipal em cargo de confiança não poderá manter contrato com os órgãos e as entidades integrantes da Administração Pública municipal, mas tal vedação não se estende a pessoas ligadas a ele por vínculo de parentesco.
- [C] O servidor municipal em cargo de confiança, bem como pessoas ligadas a ele por vínculo de parentesco, não poderão manter contrato com os órgãos e as entidades integrantes da Administração Pública municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- [D] O servidor municipal em cargo de confiança ou seus familiares não poderão firmar contrato com os órgãos e as entidades integrantes da Administração Pública municipal, mas isso não impede a manutenção de quaisquer contratos firmados antes da nomeação.

QUESTÃO 19

Tendo em vista as disposições da Lei Complementar Municipal nº 25/1997, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres/MT, analise as afirmativas acerca de frequência e horário dos servidores.

- I. Os ocupantes de cargo de provimento efetivo devem cumprir jornada semanal de 40 (quarenta) horas e não estão sujeitos a trabalho em horário extraordinário, por falta de previsão legal.
- II. O registro de ponto para apuração de frequência não é obrigatório, mas poderá ser instituído, a critério da autoridade municipal, por meio de regulamento.
- III. A Administração poderá modificar a jornada semanal legalmente fixada, observado o interesse do serviço, bem como estabelecer regras de compensação ou revezamento para os servidores que trabalham em regime de escala ou jornada diferenciada, por meio de Decreto, respeitadas as demais condições legais.
- IV. A Administração municipal poderá adotar, a critério da gestão superior, o regime de dedicação não exclusiva, ao servidor comissionado, o qual poderá desempenhar outra atividade profissional particular ou pública, desde que haja compatibilidade de horários, podendo ser convocado sempre que necessário ao serviço público.

Estão corretas as afirmativas

- [A] II, III e IV, apenas.
- [B] III e IV, apenas.
- [C] I, II e III, apenas.
- [D] I e IV, apenas.

QUESTÃO 20

Considere a seguinte situação hipotética:

Josefino é chefe imediato da servidora Linda Flor no âmbito da administração direta no Município de Cáceres/MT. Recebeu uma reclamação formal subscrita pelo advogado constituído por uma empresa contribuinte do Município quanto à falta de resposta a um requerimento de compensação tributária que aguarda análise da servidora.

Conforme documentação anexada na reclamação, o procedimento administrativo instaurado pela empresa foi distribuído à servidora e aguarda análise há mais de 8 (oito) meses, enquanto o prazo de análise regularmente adotado nesses casos é de 2 (dois) meses.

Diante da reclamação, Josefino recomendou ao órgão responsável a abertura de processo administrativo disciplinar para apurar a conduta da servidora por suposta inobservância a dever funcional previsto em lei.

De acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 25/1997 aplicáveis ao regime disciplinar dos servidores públicos do Município de Cáceres/MT, assinale a afirmativa correta a respeito da situação relatada.

- [A] A ação disciplinar foi fulminada pela prescrição porque o processo deveria ser instaurado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da ocorrência do fato, por se tratar de infração disciplinar suscetível à pena de advertência.
- [B] Não cabe instauração de processo administrativo disciplinar, uma vez que as penalidades previstas em lei não se aplicam quando apurado o cometimento de uma única conduta irregular, mas apenas em caso de reincidência nas faltas.
- [C] A conduta da servidora deverá ser enquadrada como inassiduidade habitual, que corresponde à falta ao serviço, sem causa justificada, por mais de 60 (sessenta) dias.
- [D] É cabível a contagem do prazo de prescrição previsto em lei para apuração da infração disciplinar do momento em que a suposta conduta irregular se tornou conhecida pela autoridade responsável.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Administração

QUESTÃO 21

Qual afirmativa melhor apresenta a interconexão entre o Planejamento de Pessoas, as Relações Trabalhistas e Sindicais, e a Integração e Desenvolvimento na gestão de Recursos Humanos de uma organização?

- [A] O Planejamento de Pessoas é independente das Relações Trabalhistas e Sindicais, e da Integração e Desenvolvimento.
- [B] O Planejamento de Pessoas, as Relações Trabalhistas e Sindicais, e a Integração e Desenvolvimento são interdependentes e cada um pode influenciar os outros.
- [C] As Relações Trabalhistas e Sindicais não têm impacto no Planejamento de Pessoas ou na Integração e Desenvolvimento.
- [D] A Integração e Desenvolvimento são processos que ocorrem após o Planejamento de Pessoas e não são afetados pelas Relações Trabalhistas e Sindicais.

QUESTÃO 22

Qual abordagem teórica da administração reconhece que não existe uma única melhor forma de administrar e que as práticas de gestão devem ser adaptadas de acordo com as circunstâncias específicas de cada situação?

- [A] Clássica
- [B] Comportamental
- [C] Contingencial
- [D] Estruturalista

QUESTÃO 23

Em uma empresa que fabrica eletrodomésticos, a equipe de produção enfrenta desafios para aumentar a eficiência e a produtividade. O tempo médio de montagem de um produto é de 12 minutos e a meta da empresa é reduzir esse tempo para 10 minutos.

Diante desse cenário, a equipe de gestão decide implementar princípios da Administração Científica para otimizar o processo produtivo. Qual alternativa apresenta a principal ação que a empresa deve tomar, de acordo com a Administração Científica, para alcançar a meta de reduzir o tempo de montagem?

- [A] Dividir o processo de produção em etapas menores e especializar os trabalhadores em cada etapa.
- [B] Incentivar a participação dos trabalhadores na tomada de decisões estratégicas da empresa.
- [C] Reduzir a jornada de trabalho dos trabalhadores para diminuir o cansaço e aumentar a produtividade.
- [D] Implementar um sistema de recompensas baseado na quantidade de produtos montados por hora.

QUESTÃO 24

A governabilidade aplicada aos serviços públicos refere-se à capacidade do Estado de garantir a efetividade, a qualidade e a prestação adequada de serviços à sociedade. Considerando os princípios da governabilidade, assinale a alternativa que **NÃO** apresenta um indicador de sua efetividade.

- [A] Transparência: Publicidade e acessibilidade das informações sobre a gestão dos serviços públicos.
- [B] *Accountability*: Prestação de contas e responsabilização dos gestores públicos pelos resultados dos serviços.
- [C] Participação social: Abertura de canais para a participação da sociedade civil na gestão dos serviços públicos.
- [D] Popularidade do governante: Um governante popular pode ter mais facilidade em implementar políticas públicas e mobilizar recursos para a prestação de serviços.

Ciências Contábeis

QUESTÃO 25

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Considere as seguintes informações extraídas da contabilidade de uma empresa pública no ano de 2023:

- Recebimento em caixa de impostos, taxas e contribuições: R\$ 500.000,00
- Venda de produtos industriais e agropecuários: R\$ 30.000,00
- Aumento de fornecedores de mercadorias e serviços: R\$ 50.000,00
- Royalties, honorários e comissões recebidas: R\$ 20.000,00
- Transferências concedidas: R\$ 110.000,00
- Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos: R\$ 80.000,00
- Alienação de bem imóvel: R\$ 350.000,00
- Aquisição de ativo intangível: R\$ 250.000,00
- Operações de crédito recebidas: R\$ 60.000,00
- Integralização do capital social de empresas dependentes: R\$ 20.000,00
- Amortização de dívida: R\$ 40.000,00
- Caixa e Equivalentes de caixa inicial: R\$ 100.000,00

Com base nessas informações, e de acordo com o modelo de Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) adotado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a alternativa que apresenta o valor correto do caixa e equivalente de caixa no final do período.

- [A] R\$ 940.000
- [B] R\$ 810.000
- [C] R\$ 760.000
- [D] R\$ 880.000

QUESTÃO 26

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, assinale a alternativa que apresenta uma medida correta para assegurar a transparência, o controle e a fiscalização da gestão fiscal dos entes federativos.

- [A] A realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos, somente no âmbito do Poder Executivo, com a participação de qualquer cidadão ou entidade da sociedade.
- [B] A divulgação ampla, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, das prestações de contas e do respectivo parecer prévio, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, e das versões simplificadas desses documentos.
- [C] A instituição de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo ente da Federação que detenha a maior participação relativa no produto interno bruto nacional, e ao comando legal que prevê o acesso, por certas pessoas físicas e jurídicas, às informações referentes à despesa e à receita.
- [D] A adoção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como a composição de custos dos programas e das unidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto das empresas estatais dependentes.

QUESTÃO 27

Considere o seguinte caso hipotético:

Uma entidade pública está envolvida em um processo judicial movido por um ex-funcionário que alega ter sido dispensado injustamente. O advogado da entidade estima que a probabilidade de perda do processo é de 60% e que o valor da indenização pode variar entre R\$ 50.000,00 e R\$ 100.000,00, sendo mais provável o valor de R\$ 80.000,00. A entidade ainda não recebeu qualquer notificação judicial sobre o processo.

Com base nessas informações e de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A entidade pública deve reconhecer uma provisão de R\$ 80.000,00 para o processo judicial, pois se trata de uma obrigação presente, decorrente de um evento passado que provavelmente resultará em uma saída de recursos para pagamento de indenização estimada com confiabilidade.
- () A entidade pública deve reconhecer uma provisão de R\$ 75.000,00 para o processo judicial, pois se trata de uma obrigação presente, decorrente de um evento passado que provavelmente resultará em uma saída de recursos para pagamento de indenização mensurada pela média entre R\$ 50.000 e R\$ 100.000.
- () A entidade pública deve divulgar um passivo contingente relacionado ao processo judicial, pois há uma possibilidade de que a entidade tenha que pagar um valor maior do que o provisionado, caso o resultado do processo seja desfavorável.
- () A entidade pública deve divulgar um ativo contingente relacionado ao processo judicial, pois é pouco provável que a entidade possa receber algum benefício econômico ou potencial de serviço, caso o resultado do processo seja favorável.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, V, F, F
- [B] F, F, V, V
- [C] F, V, F, V
- [D] V, F, V, F

QUESTÃO 28

Sobre os princípios gerais de auditoria do setor público e seus respectivos conceitos, numere a coluna da direita de acordo com a da esquerda.

- | | | |
|-------------------------------|-----|--|
| 1. Independência | () | Aplicar o treinamento, conhecimento e experiência relevantes no contexto fornecido pelas normas de auditoria. |
| 2. Julgamento profissional | () | Planejar e executar auditorias de forma diligente e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude. |
| 3. Ceticismo profissional | () | Atuar de forma imparcial e com discricionariedade de modo a viabilizar o desempenho de suas atribuições. |
| 4. Abordagem baseada em risco | () | Identificar e avaliar os riscos que possam afetar o alcance dos objetivos da auditoria e a definição de respostas apropriadas. |

Assinale a sequência correta.

- [A] 2, 3, 1, 4
[B] 3, 2, 1, 4
[C] 2, 3, 4, 1
[D] 3, 4, 2, 1

Economia

QUESTÃO 29

Considerando a Curva de Laffer, que representa a relação entre a taxa de imposto e a receita fiscal, suponha que a taxa de imposto atual seja de 30%. Se a taxa de imposto for aumentada para 40%, qual será o impacto percentual esperado na receita fiscal?

- [A] Existe um ponto crítico na Curva de Laffer, onde o aumento de 10% na taxa de imposto pode resultar em uma diminuição de 5% na receita fiscal.
[B] Um aumento de 10% na taxa de imposto sempre resultará em um aumento proporcional de 10% na receita fiscal.
[C] Um aumento de 10% na taxa de imposto não terá impacto na receita do governo.
[D] A Curva de Laffer permanece constante e o aumento na taxa de imposto não afeta a receita fiscal.

QUESTÃO 30

Suponha que a demanda agregada de uma economia aberta seja dada por: $Y = 1000 - 10P + 0.2M$, onde Y é o produto interno bruto real, P é o nível de preços e M é a renda mundial. Sabendo que a economia se encontra em equilíbrio macroeconômico e a oferta agregada é igual a 800, qual o nível de preços que resulta em um produto interno bruto quando a renda mundial é igual a 400?

- [A] 12
[B] 18
[C] 28
[D] 25

QUESTÃO 31

Considere um paciente que está tomando decisões sobre como alocar seu tempo e dinheiro em saúde, abrangendo consultas médicas e medicamentos. Suponha que a função de utilidade do paciente seja dada por $U(C; M) = 2\sqrt{C} + M$, onde C representa o número de consultas médicas e M representa a quantidade de medicamentos comprados.

Assinale a afirmativa correta sobre essa função de utilidade.

- [A] É côncava em relação à quantidade de medicamentos, o que sugere que o paciente valoriza mais cada unidade adicional de medicamento à medida que aumenta a quantidade total.
[B] É linear, o que significa que o paciente valoriza igualmente cada consulta médica e cada unidade de medicamento.
[C] É convexa em relação ao número de consultas médicas, o que significa que o paciente obtém um benefício sempre crescente de cada consulta médica adicional.
[D] Não varia com o custo das consultas médicas ou dos medicamentos, indicando que o paciente não considera fatores financeiros ao tomar decisões de saúde.

QUESTÃO 32

Considere uma empresa que opera em um mercado de livre concorrência e fabrica um produto com custos totais representados pela equação $CT = 100 + 10q + 2q^2$, onde q é a quantidade de produtos fabricados. A receita total da empresa é dada pela equação $RT = 200 + 100q - q^2$. Sabendo que a demanda é descrita pela função $q = (p - 10)/2$, onde p é o preço do produto, qual seria o preço de venda que maximizaria o lucro dessa empresa?

- [A] 20
- [B] 45
- [C] 35
- [D] 40

Direito

QUESTÃO 33

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 acerca do mandado de segurança, analise as afirmativas.

- I. Cabe mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, em face de ato eivado de ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- II. Não se admite a impetração de mandado de segurança individual por pessoa jurídica, pois se trata de remédio constitucional que visa proteger a pessoa natural da violação ou eminente violação de seus direitos.
- III. O partido político sem representação no Congresso Nacional carece de legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo para defesa dos interesses políticos de seus filiados.
- IV. A organização sindical, a entidade de classe ou a associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano detém legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, II, III e IV.
- [B] II e IV, apenas.
- [C] I e III, apenas.
- [D] I, III e IV, apenas.

QUESTÃO 34

Segundo a Constituição Federal, o Estado não intervirá em seus Municípios, mas há determinadas causas excepcionais que justificam a intervenção. Uma dessas causas é prevista quando o Município

- [A] decretar situação de calamidade pública que afete a sua execução orçamentária e financeira.
- [B] deixar de pagar, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- [C] não tiver aplicado o mínimo exigido da receita municipal em ações de limpeza das vias públicas e remoção do lixo.
- [D] não acatar recomendação do Tribunal de Contas do Estado para suspensão de contrato ou convênio.

QUESTÃO 35

A Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, alterou certos parâmetros utilizados na indicação da concorrência como modalidade de licitação.

Conforme previsto na legislação vigente, assinale a hipótese em que a modalidade de licitação cabível **NÃO** é a concorrência.

- [A] Contratação de bens e serviços especiais.
- [B] Contratação de obras e serviços especiais de engenharia.
- [C] Alienação de bens imóveis do ente público cuja aquisição tenha sido derivada de procedimentos de licitação em pagamento.
- [D] Contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

QUESTÃO 36

Leia a seguinte notícia extraída da página oficial de uma Prefeitura Municipal:

EQUIPE DE POSTURAS REMOVE BANCAS IRREGULARES

A Secretaria de Serviços Urbanos (Semsu), por meio da equipe de Fiscalização de Posturas, removeu bancas de revistas irregulares no Centro e no bairro Itapuã na manhã desta sexta-feira (26). Cinco fiscais atuaram na ação.

A banca da Praça Duque de Caxias estava em péssimo estado de conservação e os proprietários foram notificados anteriormente para que corrigissem os problemas. A banca da rua Santa Catarina, em Itapoã, foi removida por estar obstruindo a passagem dos pedestres.

(Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2017/05/equipe-de-posturas-remove-bancas-irregulares-15604>.

Publicado em: 27/05/2017. Acesso em: 21/01/2024.)

Com base nos fatos reportados na notícia e nos mandamentos do Direito Administrativo, assinale a afirmativa correta acerca dos poderes da Administração Pública.

- [A] A equipe de fiscalização de posturas atua no exercício do poder disciplinar, cuja característica principal é a discricionariedade na aplicação de sanções administrativas.
- [B] Os fiscais de posturas do Município exercem o poder hierárquico, que visa à distribuição de competências administrativas, com fundamento na escala hierárquica.
- [C] A atuação da fiscalização de posturas é expressão do poder de polícia administrativa, que goza de atributos como a autoexecutoriedade e a coercibilidade.
- [D] A fiscalização de posturas exerce o poder regulamentar, com a finalidade de regular a atividade dos particulares em espaços públicos e adequá-la aos atos normativos municipais.

QUESTÃO 37

De acordo com as disposições do Código Tributário do Município de Cáceres-MT (Lei Complementar Municipal nº 148/2019 e alterações posteriores) acerca dos procedimentos a cargo da Fazenda Pública Municipal para instituição da progressividade do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), analise as afirmativas.

- I. O sujeito passivo da obrigação do imposto progressivo, após notificado pelo órgão responsável, terá o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para submeter o projeto de utilização ou parcelamento da área, obrigando-se a iniciar as obras ou adequações no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da aprovação.
- II. Se o projeto não for apresentado ou as obras e adequações não forem iniciadas pelo sujeito passivo da obrigação, a Secretaria de Fazenda fará o lançamento do tributo correspondente à alíquota do imposto progressivo no próximo exercício fiscal.
- III. Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel não seja atendida, findo o período de cinco anos referente à aplicação do imposto progressivo no tempo, o Município manterá a cobrança do IPTU pela alíquota máxima de 10% (dez por cento).
- IV. Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo, sem que o sujeito passivo da obrigação tenha cumprido a obrigação de utilização do imóvel, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento parcelado da respectiva indenização em dinheiro, em até dez parcelas anuais.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I e II, apenas.
- [B] I, II e III, apenas.
- [C] I, III e IV, apenas.
- [D] III e IV, apenas.

QUESTÃO 38

Considerando as disposições da Reforma promovida pela Emenda Constitucional nº 132/2023 no Sistema Tributário Nacional, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.
- () As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.
- () É vedado aos entes federados instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, excluídas suas organizações assistenciais e beneficentes.
- () É vedado aos entes federados instituir impostos sobre a empresa pública prestadora de serviço postal, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

Assinale a sequência correta.

[A] F, F, F, V

[B] F, V, V, F

[C] V, V, F, V

[D] V, F, V, F

QUESTÃO 39

Analise a seguinte situação hipotética:

Determinada sociedade empresarial do setor de serviços, com sede no Município de Mirassol D'Oeste/MT, foi constituída com capital social de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). A integralização do capital social ocorreu mediante transmissão, pelos sócios, de 5 (cinco) bens imóveis situados no Município de Cáceres/MT à sociedade, aos quais foi atribuído o valor total de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). O valor dos imóveis que excedeu ao do capital social (R\$ 220.000,00) foi lançado à conta de ágio do patrimônio líquido da mesma pessoa jurídica.

Acerca da incidência do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis (ITBI) na operação relatada, é correto afirmar:

- [A] Compete ao Município da situação dos bens imóveis lançar o ITBI sobre o valor total dos bens, visto que a sociedade empresarial não goza de imunidade tributária quando estiver situada em outro Município.
- [B] Compete ao Município da situação dos bens imóveis lançar o ITBI sobre o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.
- [C] Não há valor a ser lançado, a título de ITBI, visto que há previsão constitucional de imunidade tributária em relação a todo o patrimônio vertido em favor da sociedade empresarial.
- [D] Compete ao Município, onde a sociedade empresarial está situada, promover o lançamento do ITBI e repartir a receita arrecadada com o Município da situação dos bens imóveis.

QUESTÃO 40

Sobre o disposto no Código Tributário do Município de Cáceres-MT (Lei Complementar Municipal nº 148/2019 e alterações posteriores) acerca do regime especial de tributação destinado às Sociedades Uniprofissionais, para fins de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), assinale a afirmativa correta.

- [A] Quando se tratar de Sociedades Uniprofissionais, o imposto será calculado, com base em parâmetros pré-estabelecidos na legislação municipal, sem prejuízo da importância recebida a título de remuneração pelo trabalho.
- [B] As Sociedades Uniprofissionais devem ser compostas apenas por sócios habilitados ao exercício da profissão, pois são impedidas de contratar profissionais como empregados.
- [C] As Sociedades Uniprofissionais são aquelas cujos sócios são habilitados ao exercício de atividades diversas como profissionais liberais que prestam serviços de forma pessoal.
- [D] Sociedades Uniprofissionais prestadoras de certos serviços previstos na legislação ficam sujeitas ao imposto fixo e anual calculado em relação a cada sócio habilitado, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade.

EM BRANCO



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

EDITAL N.º 02/2024 - PMC

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO CANDIDATO

Questão	Alternativa
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Questão	Alternativa
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

Esta folha é destinada para uso EXCLUSIVO do candidato.